

Karl Kautsky e as origens do Cristianismo*

Luiz Alberto Moniz Bandeira**



Karl Kautsky (1854-1938), nascido em Praga e educado em Viena, foi o legatário de Karl Marx (1818-1883) e de Friedrich Engels (1820-1895), com os quais estabeleceu relações de amizade, quando de sua viagem a Londres em 1881. Coube a ele depois compilar e editar os manuscritos de Marx sobre *Theorien über den Mehrwert* (Teorias sobre a mais-valia), que constituíram o quarto volume de *Das Kapital*. Kautsky tornou-se membro do Partido Social-Democrata da Áustria e, posteriormente, do Partido Social-Democrata da Alemanha, para onde se mudou, e fundou a revista teórica *Die Neue Zeit* (*O Novo Tempo*). Tornou-se então o principal intérprete da doutrina de Marx, dentro da Internacional Socialista, mas suas divergências com Vladimir Lenin, líder da facção bolchevique dos social-democratas russos, começaram a agravar-se por volta de 1914 e ele criticou acerbamente o modo como foi constituído o Estado soviético e clamou contra o Terror Vermelho, implantado na Rússia, após a revolução de 1917. Assim, com a maior veemência e toda a força de sua autoridade moral, intelectual e política, opôs-se aos métodos de Lenin e Trotsky, por suprimirem, na Rússia, a democracia política, em nome da implantação do socialismo. Segundo Kautsky, o socialismo, como meio para a libertação do proletariado, sem democracia era “impensável”, conceito este que insistentemente reafirmou:

*“Para nós (...) socialismo sem democracia é impensável. Nós entendemos sob o moderno socialismo não a simples organização do produção social, mas também a organização democrática do sociedade. O socialismo para nós está inseparavelmente ligado com a democracia. Nenhum socialismo sem democracia”*¹.

* Publicado originalmente como **Prólogo** à obra “*A Origem do Cristianismo*”, de Karl Kautsky (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 07-19). É **proibida a reprodução sem a autorização expressa do autor**.

** **LUIZ ALBERTO MONIZ BANDEIRA** é Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1980), Professor Titular de História da Política Exterior na Universidade de Brasília (aposentado) e Doutor Honoris Causa pelas Faculdades Integradas do Brasil-UniBrasil (2006) e pela Universidade Federal da Bahia (2009); autor de *Formação do Império Americano (Da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009, entre outras obras.

¹ “Für uns also ist Sozialismus ohne Demokratie undenkbar. Wir verstehen unter dem modernen Sozialismus nicht bloß gesellschaftliche Organisierung der Produktion, sondern auch demokratische Organisierung der Gesellschaft, Der Sozialismus ist demnach für uns untrennbar verbunden mit der Demokratie.” Kautsky, K. *Die Diktatur des Proletariats*. Berlin: Dietz Verlag, 1990, pp. 11-12.

Kautsky, criticando o regime soviético e a inconsistência do pensamento de Lenin, do ângulo da própria teoria de Marx, ponderou que, quando se tratava de ditadura como forma de governo, não se podia falar de ditadura de uma classe. Uma classe só poderia dominar, nunca governar. E, além do mais, quando o proletariado se dividia em diferentes partidos, a ditadura de um deles não era a ditadura do proletariado, senão de uma parte sobre as outras. E, no caso da Rússia Soviética, a situação ainda mais se complicava, pois a ditadura do proletariado não seria sequer uma simples ditadura do proletariado sobre o proletariado e sim também uma ditadura de operários e camponeses sobre o proletariado². Kautsky enfatizou que a liberdade não era menos importante que o pão³ e salientou que não se podia entender a ditadura do proletariado, da qual Marx falara, como uma forma de governo (*Regierungsform*) e sim como uma situação política (*politischer Zustand*), somente viável quando contasse com o suporte das massas, ou seja, da maioria da população⁴. Este conceito de ditadura do proletariado como situação política (*politischer Zustand*) é similar ao de Rosa Luxemburg e aproxima-se bastante do que Antônio Gramsci formulou, ao defini-la como hegemonia política consentida pelas massas, não imposta a estas, tal como ocorria na União Soviética. Segundo Kautsky,

“(...) a organização estatal da produção, através de uma burocracia ou através da ditadura de uma única camada da população, não significa socialismo”⁵.

A organização socialista do trabalho, ele observou, não devia ser uma organização de caserna (*Kasernen-organisation*) e um sistema de guerra civil crônica, que tornavam impossível a construção do modo socialista de produção⁶ e que provocavam a apatia e o desânimo das massas. O socialismo, representando o total bem-estar dentro da moderna cultura, somente seria possível através de poderoso desenvolvimento das forças produtivas, que o capitalismo trazia consigo, e da enorme riqueza por ele gerada e concentrada nas mãos da classe burguesa⁷, observou Kautsky, que qualificou como um estado camponês (*Bauernstaat*) o que os bolcheviques organizavam na Rússia e evocou a advertência de Engels no sentido de que, em condições de subdesenvolvimento das relações de produção, uma economia comunista poderia servir de base para o despotismo⁸.

Tais críticas ao curso da Revolução Russa levaram Lenin a apodar Kautsky de “renegado”, em livro muito difundido no meio da esquerda.⁹ Nesse mesmo livro, porém, Lenin reconheceu que Kautsky sabia Marx “quase de memória”¹⁰ e, mais adiante, fez-lhe justiça, ao observar que “por muitos dos seus trabalhos sabemos que Kautsky soube ser um historiador marxista, e esses trabalhos ficarão como patrimônio perdurável do

² Id., *ibid.*, p. 33.

³ Id., *ibid.*, p. 56.

⁴ Id., *ibid.*, pp. 33-83.

⁵ “(...) Staatliche Organisation der Produktion durch eine Bürokratie oder durch die Diktatur einer einzelnen Volkschicht bedeutet nicht Sozialismus”. Id., *ibid.*, p. 36.

⁶ Id., *ibid.*, pp. 36-37.

⁷ Id., *ibid.*, p. 57.

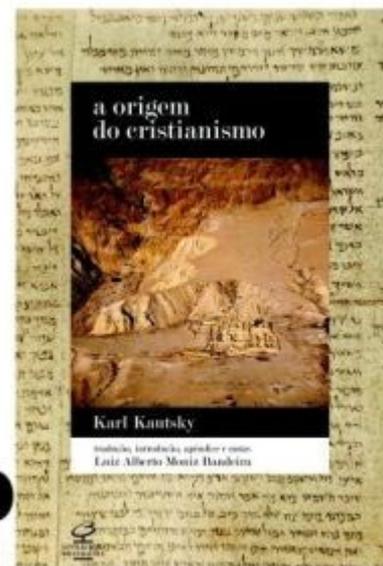
⁸ Id., *ibid.*, p. 11. Engels, F. “Soziales aus Rußland”, in Marx & Engels. *Werke*, Berlin: Dietz Verlag, 1976, Band 18, pp. 556-557.

⁹ Lenin, V. I.- *La Revolución Proletaria y el Renegado Kautsky*, in Lenin, V. I.. Obras Escogidas. Moscou: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1948, Tomo II, pp. 346-539.

¹⁰ Id., *ibid.*, p. 449

proletariado, apesar da apostasia do autor”.¹¹ Entre os trabalhos de história, aos quais Lenin se referiu como “patrimônio perdurável do proletariado”, destaca-se *Der Ursprung des Christentums (A Origem do Cristianismo)*, cuja primeira edição foi publicada, em 1908, pela J. H. W. Dietz Nachf., em Stuttgart, na Alemanha. Sua terminologia reflete naturalmente o espírito da época, e a militância de Kautsky como social-democrata e o mais conceituado intérprete da doutrina de Marx e Engels. Algumas pessoas podem estranhar que ele se refira à plebe, e aos escravos e libertos, os segmentos baixos da população judaica na Palestina, como proletariado. Kautsky, porém, usou o termo proletariado, de origem latina, no seu sentido etimológico, *proletarii*, como se chamavam, no Império Romano, os cidadãos da última classe social, que não pagavam impostos, os cidadãos de baixo poder aquisitivo, considerados úteis apenas pela prole que geravam. O notável historiador inglês Edward Gibbon observou que a seita cristã, inicialmente, foi inteiramente composta pela escória da população (“*dreggs of the populace*”), de camponeses e mecânicos, de jovens e mulheres, de mendigos e escravos, os últimos dos quais, os escravos, algumas vezes podiam haver introduzido os missionários nas famílias ricas e nobres às quais pertenciam.¹² Ela recrutara seus prosélitos entre a massa condenada à obscuridade, ignorância e pobreza.¹³ O mesmo Engels ressaltou, ao assinalar, em seu pequeno ensaio *Zur Geschichte des Urchristentums (Sobre a História do Cristianismo Primitivo)*, que o cristianismo se propagara inicialmente entre os escravos, os homens livres empobrecidos, e os camponeses, nos latifúndios da Itália, Sicília e África, para os quais o Paraíso fora perdido.¹⁴

Kautsky também denomina de comunismo, comunismo de consumo, o coletivismo em que viviam certas comunidades judaicas, sobretudo os essênios e os zelotes. Não há melhor classificação do que essa – comunismo de consumo – para o regime em que os cristãos primitivamente viviam. Entretanto, não obstante a moldura teórica, fundada no materialismo histórico, e o matiz ideológico, *A Origem do Cristianismo* não constitui apenas um “patrimônio perdurável do proletariado”, como disse Lenin. Constitui uma obra histórica de valor universal, embora, naturalmente, possa gerar muitas controvérsias e discordâncias. Seu mérito acadêmico transcende quaisquer concepções políticas e ideológicas. *A Origem do Cristianismo* constitui enorme contributo, deveras importante, inclusive do ângulo teológico, para a compreensão de Jesus, em sua concreticidade histórica, e do cristianismo, como um fenômeno social e político, que transcendeu sua época, razão pela qual traduzi esta obra para o português, entre 1968/69, há quase 40 anos passados, agora por mim revisada com base na primeira edição alemã de 1908.



¹¹ Id., *ibid.*, p. 482.

¹² Gibbon, Edward. *The History of the Decline and Fall of the Roman Empire*. Londres: Penguin Books, vol. I, p. 508.

¹³ Id., *ibid.*, p. 508.

¹⁴ Engels, Friedrich. “Zur Geschichte des Urchristentums”, in Marx, Karl & Engels, Friedrich. *Werke*, Band 22, Berlin: Dietz Verlag, 1977, p. 463.

Em *A Origem do Cristianismo*, Kautsky estuda as condições econômicas e sociais tanto do Império Romano quanto da Palestina, como elas influíram sobre o povo de Israel, e mostra os costumes e tendências de suas diversas seitas – os fariseus, saduceus, essênios e zelotes – e busca explicar os verdadeiros fatores e as circunstâncias históricas que determinaram os acontecimentos, interpretando o vasto material existente sobre o judaísmo e o cristianismo. A profunda análise que Kautsky faz dos Evangelhos é deveras significativa, esclarecedora. Ele aponta as suas contradições e busca desvelar Jesus, como homem, resgatá-lo debaixo das camadas que lhe foram posteriormente sobrepostas pelas interpolações dos escribas e tradutores.

Quanto a Jesus, supõe-se que ele recebera a influência dos essênios, entre os quais talvez vivera, embora se insurgisse contra a pureza ritual.¹⁵ Seus ensinamentos, tal como transcritos nos Evangelhos, eram de inspiração profética, escatológica, à maneira dos mestres essênios, e não ensinamentos da tradição, conforme preferiam os mestres fariseus. Essa influência essênica talvez houvesse sido transmitida a Jesus por João Batista, que aparentemente vivera na comunidade Qumran, a noroeste do Mar Morto, onde, em 1947, foram descobertos, dentro de cavernas ai longo de um uádi, os Manuscritos do Mar Morto.¹⁶ Há indícios de que essa comunidade era de essênios, embora o tema gere controvérsias e alguns historiadores e arqueólogos discordem de tal teoria.¹⁷

De acordo com André Dupont-Sommer, no Regulamento da Comunidade (*Serek Hayyakhad*), conhecido como o Manual de Disciplina e encontrado em Qumran, o termo usual é o ‘partido’ (*‘esah*); a seita é o ‘Partido de Deus’ e o termo *‘esah*, que significava seita, foi que possivelmente deu origem à palavra essênio, tanto que em grego as duas formas do mesmo nome – *essênoi* e *essaioi* – têm em comum a raiz *ess*, que poderia representar exatamente a raiz hebraica *‘es-*.¹⁸ Daí que se pode interpretar

¹⁵ Johnson, Paul. *A History of the Jews*. Nova York: Harper Perennial, 1988, p. 126.

¹⁶ Betz, Otto. “João Batista era essênio”, in Shanks, Hershel (org.). *Para compreender os Manuscritos do Mar Morto*. Rio de Janeiro: Editora Imago, pp. 218-219. Yadin, Ygael. “O Pergaminho do Templo – O mais longo dos Manuscritos do Mar Morto”, *ibid.* pp. 114-115.

¹⁷ Eisenman, Robert & Wise, Michael. *Jesus und die Urchristen – Die Qumran-Rollen entschlüsselt*. Munique: C. Bertlmann Verlag, 1993, pp. 280-281. Os arqueólogos israelenses, Yitzhak Magen e Yuval Peleg, após 10 temporadas de escavações em Qumran, em julho de 2004, romperam o consenso acadêmico segundo o qual os essênios que viveram naquela localidade não eram ascetas, mas prósperos agricultores ligados ao comércio internacional. Os Manuscritos do Mar Morto teriam sido escritos por sacerdotes de Jerusalém, que os esconderam das legiões de Roma, no século I d.C., nas grutas de Qumran. Entretanto, Plínio, o Velho, fornece algumas informações que indicam ser de essênios a comunidade localizada em Qumran: “Na parte ocidental do mar Morto os essênios se afastam das margens por toda a extensão em que estas são perigosas. Trata-se de um povo único em seu gênero e admirável no mundo inteiro, mais que qualquer outro: sem nenhuma mulher e tendo renunciado inteiramente ao amor; sem dinheiro e tendo por única companhia as palmeiras. Dia após dia esse povo renasce em igual número, graças à grande quantidade dos que chegam; com efeito, afluem aqui em grande número aqueles que a vida leva, cansados das oscilações da sorte, a adotar seus costumes (...) Abaixo desses ficava a cidade de Engaddi, cuja importância só era inferior à de Jericó por sua fertilidade e seus palmeirais, mas que se tornou hoje um montão de ruínas. Depois vem a fortaleza de Massada, situada num rochedo, não muito distante do mar Morto”

¹⁸ Dupont-Sommer, A. *The Jewish Sect of Qumran and the Essenes – New Studies on the Dead Sea Scrolls*. Nova York: The Macmillan Company, 1956, pp. 62-63. Em nenhum dos manuscritos publicados encontra-se a palavra essênio. Outra hipótese etimológica, mais usual, é a de que *essênio* deriva do hebraico *khassîdim* (piedosos), em aramaico *khassayya*, em grego *essaioi* ou *essênoi*, daí *essênios*.

que a palavra essênio significaria ‘homens do partido’, os *partisans*, referidos pelos historiadores israelitas Philon e Flavius Josephus.¹⁹

Segundo o teólogo Geza Vermes, diretor do Oxford Fórum for Qumran Research, “a identificação do essenismo com a seita do Qumran permanece como a hipótese mais provável de todas que já foram propostas”.²⁰ Aceita essa interpretação, poder-se-ia estabelecer o vínculo entre a seita da Aliança, como descrita nos documentos do Qumran, e os essênios.²¹ E João Batista, mesmo que não fosse um essênio, parecia compartilhar dos mesmos ideais e inspiração mística. Era um ‘quasi-essênio’, observou André Dupont-Sommer, em sua obra *The Jewish Sect of Qumran and the Essenes*, ao ponderar que, embora o cristianismo não fosse uma réplica do essenismo, era uma das muitas seitas ‘quasi-essênias’ que àquele tempo existiam na Palestina.²² Geza Vermes admitiu como provável que a Igreja jovem tomou por modelo a comunidade essênia, “bem experiente na época”, uma comunidade que aguardava seu fim escatológico.²³ Ele salientou que “características mais específicas, tais como a administração monárquica (i. e, os líderes únicos, inspetores no Qumran, bispos nas comunidades cristãs) e a prática do comunismo religioso na rígida disciplina da seita e, pelo menos nos primeiros tempos da Igreja de Jerusalém, sugeririam uma ligação causal direta”.

Os cristãos, assim como os essênios, rejeitavam o Templo de Jerusalém. E as práticas rituais e comunitárias partilhadas pelos membros do Qumran apresentam”, segundo o professor James VanderKam, da Universidade de Notre Dame, “alguns paralelos impressionantes com os cristão do Novo Testamento”.²⁴ Uma das principais características dos essênios era a de que os recém-chegados davam seus bens e

¹⁹ Id., *ibid.*, pp. 62-64.

²⁰ Vermes, Geza. *Os Manuscritos do Mar Morto* (Edição revista e ampliada). São Paulo: Editora Mercuryo, 2005, p. 77.

²¹ De acordo com Flávio Josefo (*Ἱστορία Ἰουδαϊκῶν πολέμων πρὸς Ῥωμαίους* (*Bellum Iudaicum*) II, VIII, 119), existiam, “entre os judeus três escolas filosóficas: os adeptos da primeira são os fariseus; os da segunda, os saduceus; os da terceira, que apreciam justamente praticar uma vida venerável, são denominados essênios: são judeus pela raça, mas, além disso, estão unidos entre si por uma afeição mútua maior que a dos outros” Também Philon, de Alexandria, diz em *Quod omnis probus liber sit*, § 75, que “a Síria Palestina, que ocupa uma parte importante da populosa nação dos judeus, não é, também ela, estéril em virtude. Alguns deles, que somam mais de 4.000, são denominados essênios”. Esse número é confirmado por Flávio Josefo nas *Ἰουδαϊκῆ ἀρχαιολογία* (*Antiquitates Iudaicae*) XVIII, I, 20: “São mais de quatro mil homens a se comportarem dessa maneira”. Os arqueólogos admitem que viveram em Qumran de 150 a 200 pessoas. Em dois séculos de existência da comunidade, além devem ter vivido cerca de 1.200 pessoas. As ferramentas encontradas e as instalações escavadas fazem presumir que eles cultivaram a terra – em ‘Ain Feshka, ao sul das ruínas – faziam cerâmica, curtiam peles e copiavam manuscritos. Comiam juntos, rezavam juntos e decidiam juntos. Os essênios, porém, não viviam apenas em Qumran. De acordo com Flávio Josefo, eles não tinham “uma cidade única, mas em cada cidade compõem com alguns outros uma colônia”. Os Fragmentos Sadoquitas, também conhecidos como Documento de Damasco, confirmam que muitos essênios habitavam cidades e aldeias da Palestina, em acampamentos. Esses fragmentos da literatura hebraica e judaica, da ordem de 140.000, foram descobertos na sinagoga de Ben Ezra, no Cairo, por Salomon Schechter, por volta de 1896-1897, ou seja, 50 anos antes da descoberta dos documentos do Mar Morto. São chamado de Documentos Sadoquitas (*Zaddikim*) dado que a seita, que tinha características idênticas à de Qumran, era guiada por sacerdotes levitas descendentes do sumo-sacerdote Zadoq, um dos ramos da família de Arão. Schechter inferiu que os fragmentos por ele encontrados eram remanescentes daquela seita.

²² Id., *ibid.*, pp. 148-150.

²³ Vermes, Geza. *Os Manuscritos do Mar Morto* (Edição revista e ampliada). São Paulo: Editora Mercuryo, 2005, pp. 32-33.

²⁴ VanderKam, James C. “Os Manuscritos do Mar Morto e o Cristianismo”, *ibid.*, pp. 198-199, 202-203.

pertences aos superiores, que também recolhiam os salários ganhos por todos os sectários.²⁵ Por sua vez, em *Atos dos Apóstolos*, ao descrever os eventos do primeiro Pentecostes, após a crucificação de Jesus, diz-se que “todos os que acreditavam estavam juntos e tinham as coisas em comum, vendiam suas propriedades e bens, distribuindo o produto entre todos, de acordo com as necessidades de cada um”.²⁶

Os documentos do Qumran, encontrados cerca de 39 anos após a publicação de *A Origem do Crisiainismo* confirmam a análise de Kautsky, baseada nos relatos de Flavius Josephus e Philon, relativa aos essênios, cujo regime ele qualificou de comunidade de consumo (*Gemeinsamkeit des Konsums*), em que não somente os alimentos, mas também as roupas eram comuns a todos, porquanto o que era posse de um era posse de todos.²⁷ De acordo com Josephus, aqueles que aderiam à seita entregavam seus bens à comunidade (*yakhad*), “de tal forma que entre eles não se vê absolutamente nem a humilhação da pobreza nem o orgulho da riqueza, porquanto as posses se encontram reunidas, não existindo para todos senão um único haver, como ocorre entre irmãos”. O Regulamento da Comunidade ou Manual de Disciplina, de Qumran, um dos documentos do Mar Morto, descreve sua organização mais ou menos nos mesmos termos que Josephus, Philon de Alexandria e Plinius, o Velho. Várias vezes alude à incorporação das propriedades particulares dos membros à posse da comunidade e este tema é especialmente destacado na transcrição dos procedimentos de iniciação à seita. Somente após completar um ano inteiro na comunidade e havendo sido decidido que poderia continuar, “suas propriedades e ganhos serão entregues ao Tesoureiro da Congregação, que os registrará em suas contas, (mas) não os gastará para a Congregação” e somente depois de passar, com êxito, por mais de um ano de provação, “sua propriedade será incorporada” aos bens da comunidade.²⁸ A comunidade de bens era total, ao menos para os membros completamente iniciados, e quaisquer fraudes relacionadas com a sua administração eram punidas.²⁹

Há muita similitude e também diferenças em vários aspectos entre a literatura de Qumran e o Novo Testamento. Um dos manuscritos refere-se a uma comunidade da Aliança (*berit*), cujo caráter era fundamental e essencialmente religioso e democrático, onde não havia escravos e todas as medidas que afetassem a vida material e moral eram submetidas a voto.³⁰ Os membros da Aliança formavam uma congregação (*edah*), guiada por um personagem messiânico, chamado de Mestre da Virtude ou Mestre da Justiça (*Môreh hazzedeq*), que sofreu perseguição e martírio. E seus adeptos criam que o fim do mundo era iminente e somente se salvariam os que tivessem fé no Mestre, o protótipo exato de Jesus, em muitos aspectos. André Dupont-Sommer ressaltou, porém, que os manuscritos do Qumran eram judeus, essênios, e não judeus-cristãos, razão pela qual o Mestre da Justiça não podia ser identificado com Jesus, apesar das similitudes.³¹ Segundo ponderou, Jesus parecia ser uma “reencarnação” do Mestre da Justiça, se bem

²⁵ Vermes, Geza. *Os Manuscritos do Mar Morto* (Edição revista e ampliada). São Paulo: Editora Mercuryo, 2005, p. 76.

²⁶ Atos II, 44-45, cf. Atos IV, 32.

²⁷ Kautsky, Karl. *Der Ursprung des Christentums. Eine historische Untersuchung*. Stuttgart: Verlag Von J. H. W. Dietz Nachf., 1908, pp. 322-325.

²⁸ VanderKam, James C. “Os Manuscritos do Mar Morto e o Cristianismo”, *ibid.*, pp. 202-203.

²⁹ Dupont-Sommer, A. *The Jewish Sect of Qumran and the Essenes – New Studies on the Dead Sea Scrolls*. Nova York: The Macmillan Company, 1956, pp. 64-65

³⁰ *Id.*, *ibid.*, p. 77.

³¹ *Id.*, *ibid.*, pp. 160-163.

que a semelhança não fosse completa. Jesus foi crucificado em torno de 30, d.C, sob o domínio do prefeito romano Pontius Pilatus.³² O Mestre da Justiça morreria por volta de 65-63 a.C., durante o reinado do sacerdote judeu Aristobulus. E, embora ele sentisse claramente as obrigações mais profundas, implícitas na Lei Mosaica, faltava-lhe, segundo Geza Vermes, “a genialidade de Jesus, o judeu que conseguiu desvelar a essência da religião como um relacionamento essencial entre os homens e entre homens e Deus”.³³

Os paralelos que se podem traçar entre os manuscritos descobertos em Qumran e os Evangelhos são vários. Muitos historiadores reconhecem que a seita judaica dos essênios preparou, imediata e diretamente, o caminho para o cristianismo e contribuiu para modelar a alma e o corpo da Igreja cristã.³⁴ Há naturalmente espaço para muitas interpretações divergentes e conjecturas. Mas a seita dos zelotes, tudo indica, foi também incubada entre os essênios³⁵ e seus membros, na medida em que o jugo de Roma se fez mais opressivo, começaram a empreender, no ano 48 a.C., uma campanha terrorista visando a encorajar a insurreição, mediante o assassinato de legionários romanos e de judeus colaboradores, por *sicarii*, que se infiltravam nas cidades e os apunhalavam com a *sica* (adaga curva)³⁶, ou seqüestravam membros da guarda do Templo para pedir resgate, ou usavam veneno em larga escala. A legitimidade do terrorismo, quando outras formas de protesto falhavam, foi ardentemente discutida, com referência ao papel dos zelotes e dos sicários, que se insurgiram e promoveram feroz resistência contra o domínio de Roma.³⁷ Segundo Paul Johnson, possivelmente Pilatus desconfiou de que Jesus fosse um dos zelotes, ainda mais porque alguns dos seus discípulos eram assim conhecidos, entre os quais Simão, o Zelote, e talvez o próprio Judas, conhecido como Iskariot(es), possivelmente uma corruptela de *sicarii* e zelote³⁸. Os zelotes também ensinavam a não pagar tributos.³⁹ A provocação que lhe foi feita e Jesus, evadindo, respondeu “dai a Cæsar o que é de Cæsar, e a Deus o que é de Deus”⁴⁰, reforça a hipótese levantada por Paul Johnson. “Dai a Caesar o que é Caesar, se verdadeira a frase, não significava necessariamente pagar o tributo aos romanos. E a entrada triunfal de Jesus em Jerusalém, onde ensinou publicamente no Templo, durante a Festa de Tabernáculos⁴¹, não permite descartar de forma alguma a hipótese de que ele estivesse à frente de uma sedição contra o jugo de Roma. Jesus manifestara sua ira contra a hipocrisia. Atacou os que faziam negócios com dinheiro dentro do Templo. E declarou:

³² Id., *ibid.*, 163.

³³ Vermes, Geza. *Os Manuscritos do Mar Morto* (Edição revista e ampliada). São Paulo: Editora Mercury, 2005, pp. 35-36

³⁴ Dupont-Sommer, A. *The Jewish Sect of Qumran and the Essenes – New Studies on the Dead Sea Scrolls*. Nova York: The Macmillan Company, 1956, p. 164-165.

³⁵ Johnson, Paul. *History of Christianity*. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1976, p. 19.

³⁶ Kautsky, Karl. *Der Ursprung des Christentums*. Stuttgart: J. H. M Dietz Nachfolger. Zwölfte Auflage, 1908, pp. 316-322.

³⁷ Johnson, Paul. *History of the Jews*. Nova York: Harper Perennial, 1988, pp. 122-123.

³⁸ Segundo outra hipótese, o termo Iskariot(es) deriva do hebraico, Ísh-Qerioth, “homem de Qerioth”.

³⁹ Johnson, Paul. *History of Christianity*. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1976, p. 31..

⁴⁰ Lucas, XX, 20-25.

⁴¹ O tabernáculo era onde Deus habitava no meio de seu povo, dele recebia adoração e sacrifício, e com ele falava, no período da Antiga Aliança. Este é o tema de Tabernáculos: Deus habitando com Seu povo. A Festa do Tabernáculo era uma das três ocasiões em que se dava a peregrinação em massa, de todo o país para Jerusalém.

“Não penseis que vim trazer paz à terra; não vim trazer paz, mas espada. Pois vim causar divisão entre o homem e seu pai; entre a filha e sua mãe e entre a nora e sua sogra. Assim, os inimigos do homem serão os da sua própria casa”.⁴²

Estas palavras de Jesus podem ser interpretadas como um incentivo à rebelião contra o Sinédrio, contra os sacerdotes do Templo e o domínio de Roma. Por mais submisso e gentil que em algumas passagens dos Evangelhos Jesus possa parecer, ele expressava ocasionalmente idéias completamente distintas. Fazem supor que fora efetivamente um rebelde e o reino de Deus, o reino escatológico por ele anunciado, afigurava-se como incitamento à revolta. Jesus falava por meio de parábolas, com frases crípticas e enigmáticas, e a explicação mais comum é a de que ele se julgava o Messias, o servo de Deus esperado para destruir o domínio de Roma, restaurar o reino de Israel, e foi crucificado para desencorajar qualquer tentativa de insurreição.⁴³ Kautsky observou que tal presunção, a de que Jesus fora de fato um rebelde, não é somente a única que permite esclarecer certas passagens dos Evangelhos, mas também a única completamente de acordo com o caráter da época e da região, a Palestina sob o domínio de Roma, que suportava a autonomia da comunidade judaica apenas para manter sob controle seu nacionalismo.⁴⁴ Alguns *scholars* cristãos reconhecem que houve um elemento político no julgamento e execução de Jesus.⁴⁵

De fato, conforme Paul Johnson ressaltou, a crucificação era a “*most degrading form of capital punishment*”, reservada para rebeldes, escravos amotinados e outros inimigos da sociedade.⁴⁶ E, apesar de que os sacerdotes fariseus e saduceus temessem a sua pregação, Jesus não foi morto a pedradas, por meio de lapidação, como a lei judaica determinava. Foi crucificado, como líder de uma insurreição frustrada, de conformidade com o procedimento de Roma. Assim, tanto a morte na cruz, forma usada pelos romanos para executar os rebeldes, quanto a inscrição I.N.R.I (*Jesus Nazarenus Rex Iudaeorum*)⁴⁷ indicaram que a condenação de Jesus fora por crime de *perduellio*, i. e., sedição contra Roma, *species atrocissima criminis laesa maiestatis*,⁴⁸ ao proclamar-se Messias (*Máshiyakh*),⁴⁹ Rei dos Judeus. O “ungido”, o rei, descendente de David,

⁴² Mateus, X, 34-36

⁴³ Smith, Morton. *The Secret Gospel*. Clearlake, California: The Dawn Horse Press, 1984, p. 86.

⁴⁴ Kautsky, Karl. *Der Ursprung des Christentums*. Stuttgart: J. H. M Dietz Nachfolger. Zwölfte Auflage, 1908, pp. 390-391. Vide também Johnson, Paul. *History of the Jews*. Nova York: Harper Perennial, 1988, pp. 128-130.

⁴⁵ Brandon, S G. F. *Jesus and the Zealots*. New York: Charles Scribner's Son, 1967, pp.

⁴⁶ Johnson, Paul. *History of Christianity*. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1976, p. 29.

⁴⁷ Jesus, o nazareno, rei dos judeus.

⁴⁸ Em Roma, já nos primeiros tempo da República, considerava-se *perduellio* todo ato que atentasse contra o Estado ou a paz, e seu autor (*perduellis*) era levado perante o povo (*populi iudicio*), e executado, se fosse condenado. Lucius Cornelius Silla (138 a.C. - 79 a.C.), durante a sua ditadura (82-79 a.C), decretou a *Lex Cornelia de Maiestate*, regulando o procedimento penal contra o *crimen maiestatis*, de modo a proteger tanto a pessoa dos governantes como as instituições políticas, punindo quem executasse, colaborasse ou planejasse atentado contra os *magistratus Populi Romani*, ou contra quem tivesse *imperium* ou *potestas*. Em 70 a.C, a legislação de Silla foi abolida. E Iulius Caesar, provavelmente, foi quem promulgou, por volta de 46 a.C a *Lex Iulia de Maiestate*, para punir os delitos contra o povo romano e sua segurança, incluindo alta traição, sedição, deserção do exército, ataques criminosos contra magistrados e outros. Mas a *Lex Iulia de Maiestate* não foi aplicada contra Cinna, Brutus, Cassius, Cimber e outros assassinos de Júlio César. Como sempre, a eficácia da lei dependeu da correlação de forças políticas.

⁴⁹ A palavra *Máshiyakh*, originalmente hebraica, depois aramaica, é transliterada para o grego como *messias*; porém a palavra grega para o “ungido” é *christos* e é interessante que fosse o título em grego, e

sempre fora esperado pelos judeus e chamado de Messias. E, de acordo com os evangelhos de Mateus e Lucas, Jesus era descendente da casa real de David e aparentemente foi percebido não como um simples líder religioso, ou mesmo um pequeno rebelde, mas, de fato, como real ameaça à elite dirigente e ao domínio de Roma, um revolucionário, clamando pelo trono de Israel. Não sem razão Kautsky assinalou que a história da paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo é, no fundamental, apenas um testemunho da história da paixão do povo judeu.⁵⁰ E o fato de que Jesus foi crucificado como rebelde contra Roma, conforme ressaltou o professor S. G. F. Brandon,⁵¹ é ironicamente o que há de mais certo sobre a existência de Jesus, a prova mais consistente de sua historicidade, registrada por Tacitus, ao referir-se à perseguição dos cristãos promovida por Nero :

*Auctor nominis eius Christus Tiberio imperitante per procuratorem Pontium Pilatum supplicio adfectus erat; repressaque in praesens exitiabilis superstitio rursum erumpebat, non modo per Iudaeam, originem eius mali, sed per urbem etiam, quo cuncta undique atrocitas aut pudenda confluunt celebranturque.*⁵²

Nietzsche, mesmo a avaliá-lo de um ângulo adverso, não podia também deixar de concluir que Jesus era um revolucionário. Não viu, no entanto, contra quem ou quem seria a rebelião de que Jesus, “com razão ou *sem razão*”, fora considerado organizador, a não ser contra a igreja judaica, o Sinédrio. Para Nietzsche tratava-se de uma rebelião contra “os bons e os justos”, contra a hierarquia da sociedade - *não* contra a respectiva corrupção, mas contra a casta, o privilégio, a ordem, a fórmula; era a *descrença* nos “homens superiores», o *não* proferido contra tudo o que fosse sacerdote e teólogo. A hierarquia, que assim foi atacada, embora apenas momentaneamente, era o alicerce lacustre sobre a qual o povo judeu, em meio da “água”, ainda conseguia sobreviver – era a sua *derradeira* possibilidade, aflitivamente conquistada, de permanecer, o resíduo da sua existência política peculiar: um ataque contra ela era um ataque contra o mais profundo instinto nacional, contra a vontade de viver de um povo, a mais tenaz nunca vista na Terra. Jesus, conforme Nietzsche o qualificou, era um “*heilige Anarchist*” (santo anarquista), que incitava a população, os pecadores e excluídos, os *Tchandala* (termo hinduísta para designar a casta inferior, pária), entre os judeus, a opor-se à ordem vigente - com uma linguagem que, caso os Evangelhos fossem confiáveis, ainda hoje levaria à Sibéria⁵³ - era um criminoso político, tanto quanto os criminosos políticos eram possíveis em uma comunidade *absurdamente apolítica*. Isto o levou à cruz. A prova está na inscrição (*Jesus Nazarenus Rex Iudaeorum*) afixada na cruz, afirmou Nietzsche, ressaltando que Jesus morreu pela *sua própria culpa* e não há qualquer razão

não aquele em hebraico, o que foi adicionado ao nome de Jesus. Johnson, Paul. *A History of the Jews*. Nova York: Harper Perennial, 1988, pp. 124-125.

⁵⁰ Kautsky, Karl. *Der Ursprung des Christentums*. Stuttgart: J. H. M Dietz Nachfolger. Zwölfte Auflage, 1908, p. 432.

⁵¹ Brandon, S. G. F. *Jesus and the Zealots*. Nova York: Charles Scribner Sons, 1967, p. 46.

⁵² “O autor desse nome, Cristo, fora executado pelo Procurador Pontius Pilatus na era do Imperador Tiberius; e a perigosa superstição, reprimida pelo momento, irrompeu novamente, não só na Judéia, origem desse mal, mas também na Cidade (Roma), aonde tudo o que é atroz e vergonhoso conflui de todas as partes e é venerado” Tacitus. *Annales* XV, 44, 2-5.

⁵³ Nietzsche escreveu publicou obra, *Der Antichrist (O Anticristo)*, em 1888, época em que os revolucionários russos eram deportados para a Sibéria.

para se pretender, mesmo que se tenha dito muitas vezes, que tivesse morrido pelas culpas dos outros.⁵⁴

Não é, entretanto, na personalidade de Jesus, senão na criação relacionada com seu nome, a comunidade cristã, que Kautsky busca a razão pela qual sua atividade messiânica não teve sorte similar à de tantos outros beatos e pregadores que àquele tempo apareceram e foram esquecidos. Não foi a fé na ressurreição do Crucificado o que criou a comunidade cristã, mas foi a força e o vigor da comunidade cristã que adensaram a fé na ressurreição do Crucificado. E, como dizia Søren Kierkegaard (1813-1855), a fé não se explica, pois está além a razão. A fé é o salto no absurdo. Este salto representa o reconhecimento do irracional, como escândalo e paixão, o paradoxo e o risco da existência. Exige a crucificação da compreensão. E o principal paradoxo, Kierkegaard argumentava, está na doutrina da Igreja, segundo a qual Jesus era inteiramente divino e inteiramente humano, o paradoxo do Deus-Homem. Este paradoxo do Deus-Homem, i. e., de que o Deus eterno, infinito, transcendente, tornou-se simultaneamente o ser humano, temporal e finito, que Jesus encarnou, constitui, segundo Kierkegaard, uma ofensa à razão: o paradoxo da fé não autoriza mediação, não pode reduzir-se a nenhum raciocínio, porque a fé começa precisamente onde a razão acaba.⁵⁵ E qualquer pretensão de solucionar este paradoxo constitui uma tentativa, ou de objetivar o que não pode ser conhecido objetivamente, – porque tudo se transforma, é e não é –, ou de desprezar a fé como o absurdo, e procurar conhecer algo de modo absoluto, o que não é possível. Kierkegaard mantém os termos da contradição dialética – tese e antítese – inconciliavelmente separados, antagônicos. A contradição não se resolve. Não há síntese. O que ocorre é o salto no absurdo, a fé, a fé é paixão, Deus é o absoluto, não cabe na razão. Jesus, portanto, só pode ser racionalmente explicado e historicamente compreendido, fora da fé. E foi o que Kautsky tratou de fazer em *A Origem do Cristianismo*, ao interpretar o Jesus histórico, Jesus, o homem, o Messias, não apenas como um simples rebelde, disposto a promover um levante contra Roma e o Sinédrio, mas como o representante e líder, quiçá o fundador, de uma organização que lhe sobreviveu e continuou a aumentar em número e força, com a esperança escatológica, alicerçada na fé, após a destruição de Jerusalém.

Os judeus foram o único povo no Oriente Médio que empreendeu uma ofensiva em larga escala contra o Império Romano. No ano 67 d.C., a cidade de Gamla, nas colinas de Golã, opôs-se às legiões de Roma, que marchavam contra Jerusalém, e 4.000 habitantes foram massacrados. E cerca de 5.000 judeus suicidaram-se, pulando do alto dos abismos, a fim de escapar à brutalidade dos romanos. Essa catástrofe nacional possivelmente modelou os sentimentos e as idéias da seita em Qumran. As escavações mostram que o monastério se tornou o centro da resistência, durante a guerra, entre 66 e 70 d.C., quando a 10ª Legião de Roma, comandada por Vespasianus, começou a sitiar Jerusalém, cuja população havia triplicado, em virtude da afluência de refugiados de outras cidades destruídas. O ataque principiou com um bombardeio de catapultas e durou cerca de dois meses, até que, finalmente, os romanos derrubaram as muralhas e incendiaram a cidade, massacrando milhares de judeus. A energia popular, virtualmente, desapareceu, na Palestina.

⁵⁴ Nietzsche, Friedrich. *Der Antichrist*, in Nietzsche, Friedrich. *Gesammelte Werke*. Bindlach: Gordon Verlag GmbH, 2005, pp. 1116-1117.

⁵⁵ Kierkegaard, Søren. *Fucht und Zittern*. Gütersloh: Gütersloher Verlagshaus, 1993, pp. 58-59.

A destruição de Jerusalém, submetendo os judeus ao jugo de Roma, afigurou-se para os adeptos da Aliança como o fim das idades, o prelúdio do apocalipse e da vinda do Messias, o Mestre da Justiça. Esse trágico episódio inaugurou nova era na história da Palestina. E assim, desde a destruição de Jerusalém, o cristianismo, cada vez mais, deixou de ser um partido político dentro do judaísmo, com práticas comunitárias, coletivistas, baseadas nas tradições dos essênios e zelotes, e se tornou um partido político dos gentios, fora do judaísmo e hostil ao judaísmo. O Império Romano, tolerante com o judaísmo e o helenismo, sentiu-se, porém, ameaçado pelo cristianismo, cujos aderentes não aceitavam a divindade reivindicada pelos imperadores Calígula, Nero e Domitianus, e formavam comunidades diferentes. A perseguição contra os cristãos, movida pelos imperadores, nos dois primeiros séculos, deveu-se em larga medida ao fato de que renunciavam à sua família e ao seu país, estavam ligados entre eles por um indissolúvel laço de união com uma sociedade peculiar, a qual em toda parte assumia um caráter diferente do resto da humanidade.⁵⁶

A primitiva comunidade cristã-judáica empenhava-se em combinar a observância da Lei Mosaica com a Nova Aliança. Seus membros não eram menos adversos aos negócios do que aos prazeres do mundo.⁵⁷ Entretanto, na medida em que o cristianismo mais difundia os novos ensinamentos nas comunidades judaicas fora da Palestina, mais ganhava em seu imenso poder de propaganda, se despojava de suas peculiaridades judaicas, cessava de ser nacional e se fazia de natureza predominantemente social. Edward Gibbon ponderou que o judaísmo era uma religião admiravelmente assentada para a defesa, mas não para a conquista⁵⁸. Não podia tornar-se uma religião mundial sem mudar seus ensinamentos e organização, as características originalmente tribais, em que os sacerdotes eram supostos ser descendentes da tribo de Aarão; os atendentes do Templo, de Levi; e os reis e governantes, de David.⁵⁹ O filósofo alemão Ludwig Feuerbach escreveu que Israel era a definição histórica da natureza da consciência religiosa, porém esta consciência era afetada pela barreira de um interesse especial, o interesse nacional. Faltava cair essa barreira para surgir a religião cristã. “O judaísmo é o cristianismo mundanizado; o cristianismo é o judaísmo espiritual” – definiu Feuerbach, acrescentando que “a religião cristã é a religião judaica libertada do egoísmo nacional, mas certamente uma religião distante, nova”.⁶⁰ Somente o Messias social, não o Messias nacional, segundo Kautsky, podia transcender os limites do judaísmo, após a terrível catástrofe que culminou com a destruição de Jerusalém, em 70 d.C. E o historiador britânico Paul Johnson chegou à conclusão de que Jesus não foi um judeu nacionalista. Pelo contrário, foi um judeu universalista.⁶¹ E o cristianismo dos gentios, ao afastar-se do judaísmo, herdou o fervor, o caráter exclusivo e a orientação polêmica contra tudo que o contraditasse⁶², mas perdeu seu caráter nacional, tornou-se submisso e

⁵⁶ Gibbon, Edward. *The History of the Decline and Fall of the Roman Empire*. Londres: Penguin Books, vol. I, p. 521.

⁵⁷ I., *Ibid.*, p. 481.

⁵⁸ Id., *ibid.*, pp. 449.

⁵⁹ Johnson, Paul. *The History of Christianity*. Londres: Weidenfel & Nicolson, 1976, pp. 13-14.

⁶⁰ “Das Judentum ist das weltliche Christentum, das Christentum das geistliche Judentum. Die christliche Religion ist die vom Nationalegoismus gereinigte jüdische Religion, allerdings zugleich eine neue, andere Religion“. Feuerbach, Ludwig. *Das Wesen des Christentums*. Leipzig: Verlag Von Philipp Reclam jun., s/d, p. 200.

⁶¹ Johnson, Paul. *A History of the Jews*. Nova York: Harper Perennial, 1988, p. 125.

⁶² Bauer, Bruno. *La questione ebraica*. Roma: Manifesto Libri-Instituto Italiano per gli Studi Filosofici, Napoli, 2004, pp. 58-60.

servil. O coletivismo das primitivas comunidades cristãs virtualmente desapareceu, embora, posteriormente, persistissem as tentativas de resgatá-lo, de restabelecê-lo, e que foram perseguidas como heréticas. E foi a comunidade, conforme Kautsky assinalou, cristã, não o comunismo cristão, ante a qual, finalmente, os imperadores romanos se ajoelharam.

Kautsky equivocou-se, entretanto, ao comparar, na parte final da obra, o destino do cristianismo com o destino do movimento social-democrata (socialista), na Europa, tentando demonstrar que havia grandes diferenças e, conseqüentemente, não havia possibilidade de que as mesmas deformações, ocorridas no cristianismo oficial, se reproduzissem no movimento social-democrata. Segundo sua avaliação, o movimento social-democrata não sofreria as mesmas contradições e desvios que ocorreram no cristianismo e que possibilitaram o seu reconhecimento e estabelecimento como religião de Estado, por Constantinus, no século IV.

Kautsky, sob este aspecto, errou. Havia muito de utopia – e de propaganda - na sua avaliação e previsão, que não se confirmaram. A social-democracia, cerca de seis anos depois da publicação de *A Origem do Cristianismo*, dividiu-se. Os partidos social-democratas e socialistas apoiaram seus respectivos governos na guerra de 1914-1918. Dividiu-se, em conseqüência, e algumas facções, a começar na Rússia, formaram os partidos comunistas. Os social-democratas, gradativamente, amoldaram-se ao sistema capitalista, perderam o primitivo caráter rebelde, revolucionário, de oposição ao Estado, e converteram-se em partidos do Estado, dentro do Estado e pelo Estado. Os comunistas também. E trágica semelhança com a Igreja da Idade Média configurou-se na União Soviética, onde o partido comunista (bolchevique) se tornou o próprio Estado, instituiu a ideologia, chamada então de marxista-leninista, como ideologia, ou melhor, como religião do Estado, e implantou, a partir, sobretudo, dos anos 30 do século XX, seu Santo Ofício, a inquisição, e produziu milhares de vítimas, ao longo da tirania de Stalin, como o Sumo Pontífice, chamado “guia genial de todos os povos” e “sol que ilumina a humanidade”.

A evolução e o destino da social-democracia, bem como dos seus derivados, os partidos comunistas, foram muito similares à evolução e ao destino do cristianismo, a Igreja, embora em outras condições históricas. Tanto um como outro perderam suas características originais.

St. Leon, inverno de 2005/2006